



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

A proposta do novo Mapa Judiciário, recentemente anunciado pelo Governo, tendo em vista uma maior eficiência e celeridade da Justiça, levanta alguns problemas, designadamente quanto à extinção de tribunais e deslocalização de serviços entre Comarcas.

Este novo Mapa Judiciário tem em consideração o numero de processos por Tribunal e respetivas pendências, mas não atende às especificidades de alguns Municípios do país, nomeadamente o afastamento e distâncias dos grandes centros, bem como a importância que a existência de serviços públicos pode ter para travar a desertificação de concelhos. É o caso do Tribunal de São Vicente na Região Autónoma da Madeira, o único localizado a Norte da ilha, e que tem, também, competência no Município de Santana. Segundo a proposta do novo Mapa Judiciário, a extinção do Tribunal de São vicente levaria à passagem dos serviços judiciais deste concelho e do de Santana para o Tribunal da Comarca da Ponta do Sol, onde se acumulam processos e pendências.

Acresce o facto de o Tribunal de São Vicente servir dois concelhos onde é urgente travar a desertificação. A existência de serviços públicos, designadamente do Estado, é um fator que ajuda a travar o despovoamento.

Assim :

**Tendo em consideração que o artigo 149º do Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma da Madeira estipula que “a organização judiciária nacional toma em conta e é adaptada às necessidades próprias da Região”;**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Ministra da Justiça, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1 – Foram ouvidos os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma da Madeira sobre o novo Mapa Judiciário ?**
- 2 – Foram ouvidas as Câmaras Municipais de São Vicente e de Santana ?**
- 3 – O Ministério está consciente da inexistência de transportes públicos entre os concelhos de São Vicente, Santana com a Ponta do Sol, o que dificultará o acesso dos cidadãos à justiça ?**
- 4 – Como compreender a passagem dos serviços do Tribunal de São Vicente para o da Ponta do Sol, quando nesta Comarca as pendências são um fator de desprestígio da justiça que ficaria claramente agravado ?**
- 5 – O Ministério pondera, a exemplo do que já aconteceu noutros casos, rever a proposta de extinção do Tribunal Judicial de São Vicente ?**

Palácio de São Bento, quarta-feira, 1 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL RODRIGUES(CDS-PP)